

## A inclusão do surdo no ensino superior e o papel do tradutor e intérprete

The inclusion of the deaf in higher education and the role of the translator and interpreter

Denis Aparecido Mendes Pereira<sup>1</sup>, Maria de Fátima Ramos de Andrade<sup>2</sup>, Maria da Graça Nicoletti Mizukami<sup>3</sup>

**RESUMO:** A inclusão do aluno surdo no ensino superior é reflexo de uma série de conquistas da comunidade surda ao longo das últimas décadas. Nesse processo de inclusão, o papel do tradutor e intérprete de Libras merece destaque. Com isso, a presente pesquisa se propôs a investigar a base de conhecimentos do profissional que atua como tradutor e intérprete de Libras no Ensino Superior (ES). Para a realização do estudo entrevistamos quatro profissionais que atuam nesse segmento de ensino. Constatamos com a análise dos dados que a fonte principal de aprendizagem dos tradutores e intérpretes tem sido a experiência dialógica no contato com o aluno surdo. Quanto à inclusão do aluno surdo no ES, concluímos que a inclusão educacional vai além da supressão dos limites comunicacionais e que deveria ser uma iniciativa de toda instituição de ensino criar espaços de formação e reflexão, em especial, aos profissionais que atuam nos processos educacionais. Nesses espaços de formação e reflexão os tradutores/intérpretes de Libras teriam muito a contribuir com o conhecimento que possuem da língua de sinais e da cultura da comunidade surda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão escolar; Educação bilíngue de surdos; Tradutor e intérprete de Libras.

**ABSTRACT:** The inclusion of deaf students in higher education is a reflection of a series of achievements of the deaf community over the last decades. In this process of inclusion, the role of the Libras translator/interpreter deserves to be highlighted. Thus, the present research aimed to investigate the knowledge base of the professional who works as a translator/interpreter of Libras in Higher Education (HE). To carry out the study, we interviewed four professionals who work in this segment of education. We found with the analysis of the data that the main source of learning of the translators/interpreters has been the dialogic experience in contact with the deaf student. Regarding the inclusion of deaf students in HE, we conclude that educational inclusion goes beyond the suppression of communicational limits and that it should be an initiative of every educational institution to create spaces for training and reflection, especially for professionals who work in educational processes. In these spaces of training and reflection, Libras translators/interpreters would have much to contribute with their knowledge of sign language and the culture of the deaf community.

1 Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, <https://orcid.org/0009-0006-9811-3928>, E-mail: [denis\\_mendespereira@yahoo.com.br](mailto:denis_mendespereira@yahoo.com.br).

2 Doutora em Comunicação e Semiótica, professora do Programa de Pós-graduação Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, <https://orcid.org/0000-0003-4945-8752>, E-mail: [mfrda@uol.com.br](mailto:mfrda@uol.com.br).

3 Doutora em Educação, professora do Programa de Pós-graduação Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, <https://orcid.org/0000-0002-4258-1056>, E-mail: [gramizuka@gmail.com](mailto:gramizuka@gmail.com).

**KEYWORDS:** School inclusion; Bilingual education for the deaf; Translator/interpreter of Brazilian Sign Language.

## INTRODUÇÃO

Recentemente, a comunidade surda conquistou uma vitória com a aprovação da lei nº 14.191 de 2021, que inseriu a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394 de 1996). De acordo com a legislação, o Bilinguismo deverá ser ofertado já no início da educação infantil e se estender ao longo de toda vida escolar do aluno surdo. Com isso, as escolas deveriam oferecer serviço especializado de apoio educacional para suprir as especificidades linguísticas dos estudantes surdos, o que não impede que eles façam matrículas em escolas e classes regulares, ficando a critério do próprio aluno, dos pais ou responsáveis essa decisão. Além disso, a legislação, ainda prevê a atuação de professores bilíngues com formação e especialização adequadas em nível superior e a oferta de materiais didáticos. A inserção da Educação Bilíngue de Surdos na LDB reforça a compreensão legal que o processo de inclusão do aluno surdo no sistema educacional se dê por meio desta abordagem pedagógica, pois, segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seu Artigo 28, inciso IV “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” (BRASIL, 2015).

No processo de inclusão do aluno surdo no ensino superior, o profissional tradutor / intérprete ganha relevância e destaque, pois é ele que estabelecerá a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) entre o aluno surdo e o professor regente em sala de aula. A profissão de tradutor e intérprete de Libras foi regulamentada pela lei de nº 12.319, publicada no dia 1 de setembro de 2010. Diante disso, o presente estudo objetivou investigar a base de conhecimentos do profissional que atua como tradutor e intérprete de Libras no Ensino Superior.

O presente artigo está organizado da seguinte forma: na primeira parte, explicitamos os conceitos de inclusão e de educação bilíngue. Na sequência, apresentamos os participantes do estudo e a análise dos dados gerados com a pesquisa de campo. Por último, tecemos algumas conclusões.

## ALGUNS PRESSUPOSTOS SOBRE A INCLUSÃO

A inclusão pressupõe que tanto as escolas quanto os sistemas educacionais devam considerar as peculiaridades e necessidades de todos os alunos, estruturando-se levando em consideração essas necessidades. “A inclusão não implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais” (MANTOAN, 2003, p. 16). Nessa perspectiva, conceber a possibilidade de educação inclu-

siva é perceber que a escola precisa ser plural, incluir pressupõe uma educação que respeite a diversidade. Em entrevista concedida aos pesquisadores Carlos J. Lapa Alves e Thalyta N. Araújo, Mantoan (apud ALVES; ARAUJO, 2017, p. 244) afirma que a inclusão é:

a diferença e não a pessoa diferente, pois todos nós somos diferentes, desta maneira, estudar a diferença é um ponto crucial. A diferença é um conceito muito importante e que traz o cerne da compreensão da inclusão, pois quando compreendemos que todos nós somos diferentes e que estamos constantemente nos diferenciando percebemos que não faz sentido excluir alguém, pois somos todos diferentes.

Logo, ao considerarmos as palavras de Mantoan, investigar como a aprendizagem vem ocorrendo no contexto escolar é um aspecto primordial a ser analisado. Na mesma linha de raciocínio da professora Mantoan, Freitas (2023, p. 4) diz que “resta inconclusa tarefa política de afirmar a educação inclusiva como perspectiva que diz respeito a radical transformação da escola”.

Ao tratar do porquê da inclusão, Mantoan (2003) divide em três justificativas: questão da identidade e da diferença, questão legal e a questão da mudança. No que diz respeito a questão da identidade e da diferença, para a autora, a perspectiva é o que vai gerar a diferenciação entre identidade e diferença. Para ela, a diferença diz respeito ao que o outro é, e a identidade, por sua vez, diz respeito ao que indivíduo é. A questão da mudança, na visão da autora, é uma urgência para as escolas e sistemas educacionais, sobretudo a inclusão é um instrumento eficaz “para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, desconstruindo a máquina obsoleta que a dinamiza, os conceitos sobre os quais ela se fundamenta os pilares teóricos-metodológicos em que elas se sustentam” (MANTOAN, 2003, p. 30).

Para que haja inclusão escolar, é preciso um processo de modernização e de reestruturação das escolas, pois incluir vai exigir que as escolas assumam as dificuldades de alguns alunos não somente como uma dificuldade pessoal do aluno, mas que esta dificuldade é resultado, na maioria das vezes, “do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada” (MANTOAN, 2003, p. 32). A reorganização pedagógica das escolas depende de uma série de ações que tenham como centro o projeto político-pedagógico. Este projeto tem como ponto de partida o diagnóstico da demanda, avalia criteriosamente os pontos positivos e os pontos fracos dos trabalhos desenvolvidos.

A ressignificação do papel do professor também é importante para a efetivação de uma educação inclusiva. Seguindo a lógica das propostas feitas anteriormente, o professor deixa de ser como que um palestrante, que só fala, exige que copiem o que foi ditado; para ser aquele que cria condições para que o aprendizado aconteça. Para o pesquisador Carlos Skliar (apud ESTEBAN; SAMPAIO, 2012) a concepção do professor como palestrante tem como causa o modelo acadêmico de conversa, que não visa a escuta, mas sim o convencimento.

Carlos Skliar (apud ESTEBAN; SAMPAIO, 2012, p. 319) também propõe que a figura do professor precisa ser pensada de modo diferente e diz que:

precisa mudar muito como pensamos a figura do professor porque estamos formando professores pesquisadores, professores falantes, professores ativos. E penso em um outro tipo de professor: um professor que escuta; um professor que lê, não tanto que pesquisa. Vejo uma diferença fundamental entre ler e pesquisar. Um professor atento, disponível! Parece que, com as características que a formação está tendo, não estamos deixando muito espaço para o estudo, para a leitura. Há uma ação, mas sem o outro. Sem a conversa, não é possível escutar. Se não escutamos, não há conversa. Há depoimento, há discurso, mas não há conversa. E entendo a conversa como uma conversação sobre o que você e eu podemos fazer para além do que você e eu podemos fazer sozinhos.

Assim sendo, há a superação do ensino expositivo, para um ensino de interação e construção, em que os conceitos, valores e atitudes são conquistados na coletividade. Com isso, nesta nova relação com o processo de ensino-aprendizagem o “professor explora os espaços educacionais com seus alunos, buscando perceber o que cada um deles consegue apreender do que está sendo estudado e como procedem a avançar nessa exploração” (MANTOAN, 2003, p. 41).

## **A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS E O PAPEL DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS**

A Educação Bilíngue de Surdos ou Bilinguismo tem por fundamento filosófico a ideia de que a língua de sinais deve ser a primeira língua a ser adquirida pelo surdo, dentro da comunidade surda. Conforme diz Poker (s/d, p. 8) “isto facilitaria o desenvolvimento de conceitos e sua relação com o mundo. Aponta o uso autônomo e não simultâneo da Língua de Sinais que deve ser oferecida à criança surda o mais precocemente possível”.

A abordagem bilíngue de ensino para surdos tem como premissa que o surdo deveria ter contato precocemente com a língua de sinais, para que possa ter sentimento de pertença a comunidade surda, ao mesmo tempo que facilitará a aprendizagem, sem que se exija condições especiais de ensino para a aquisição da língua que deveria ser a sua primeira língua. A língua da comunidade dos ouvintes na qual o surdo está inserido, conforme as propostas da educação bilíngue, deve ser ensinada ao aluno surdo na sua modalidade escrita, contudo a aquisição desta segunda língua precisa ser ensinada por intermédio primeiro da língua de sinais (FERNANDES; FREITAS-REIS, 2020).

A educação bilíngue de surdos possibilita ao aluno surdo aprender a língua de sinais, dando acesso ao conhecimento, à cultura e as relações sociais, de modo que se leve em consideração as condições diferenciadas de aprendizagem, na perspectiva metodológica, bem como os aspectos culturais e sociais próprios à surdez (GIROTO; CICILINO; POKER, 2018).

De acordo com Skliar (1998 apud MORAIS; MARTINS, 2020), a educação bilíngue para surdos exige mudanças, não só no campo pedagógico ou até mesmo não se reduz a inserção da língua de sinais com a presença de tradutor e intérprete de Libras em sala de aula, mas vai além, o bilinguismo requer a presença das questões da cultura surda no currículo escolar.

Dentro do escopo do tradutor e intérprete de Língua de Sinais, em alguns países, a política educacional, ao falar destes profissionais que fazem tradução e interpretação de Língua de Sinais no âmbito escolar são denominados intérprete educacional. Para definir o significado sobre o que seria o intérprete educacional, cabe recorrer a Quadros (2004, p. 59) que diz que “o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação. É a área de interpretação mais requisitada atualmente”.

De acordo com Kotaki e Lacerda (2021, p. 207), na realidade brasileira, a “atuação do intérprete de língua de sinais no cenário escolar é recente e traz ainda indagações sobre a formação, práticas e a realidade que vivencia na escola”. Mesmo que no Brasil a presença do intérprete no contexto educacional seja recente, isso não diminui a sua importância, sobretudo como profissional eficaz de acessibilidade, que abre portas para a inclusão do aluno surdo nas universidades. Nesse sentido, Diniz, Lacerda e Santos (2016, p. 150) afirmam que:

O contexto educacional tem se mostrado um lugar de destaque para a atuação do intérprete; alunos surdos frequentam salas de aula regulares e necessitam de respeito por sua condição linguística diferenciada. A presença do intérprete nas escolas é indispensável, pois é ele quem vai possibilitar o acesso às informações e aos conteúdos ministrados ao aluno, traduzindo e interpretando da língua de sinais para a língua portuguesa, e vice-versa.

De acordo com Lacerda (2019), no cenário brasileiro, em sua maioria, a formação do intérprete educacional vem acontecendo de modo informal, preferencialmente, em organizações religiosas. Diferentemente, numa perspectiva mundial, a formação do intérprete se dá de vários modos, desde uma formação durante o secundário (que corresponde ao ensino médio no Brasil) até exigência que para se atuar profissionalmente necessite cursar pós-graduação.

Até o Decreto nº 5.626/05, não identificamos na legislação brasileira uma formação específica para os tradutores e intérpretes em instituições de ensino. Eram as associações de surdos ou aqueles que tinham algum conhecimento na língua de sinais que se voluntariavam a acompanhar os surdos nos diversos espaços e atividades sociais (LACERDA, 2019, p. 34).

Entre os anos de 2004 e 2005, as universidades brasileiras começaram a ofertar cursos de formação específica para intérpretes. Contudo só em 2008 é que foi lançado o primeiro bacharelado com ênfase na formação de tradutores e intérpretes de Libras, sendo um curso a distância ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (LACERDA, 2019, p. 34).

No ano de 2011, é lançado pelo governo federal o programa “Viver sem Limites”. Este programa, entre os anos de 2011 e 2015, disponibilizou em sete universidades federais curso de bacharelado em Letras-Libras, com foco de formar tradutor e intérprete de Libras, bem como intérprete educacional. Na trilha deste programa governamental, posteriormente, foram criados 27 cursos de formação de professores de Libras por meio da licenciatura em Letras-Libras (SANTOS, 2020, p. 82).

A legislação mais recente que regulamenta a profissão do tradutor e intérprete de Libras é a Lei nº 14.704 de 25 de outubro de 2023. Desta lei, cabe destacar que para o exercício profissional de tradutor e intérprete é necessário ser certificado em um dos seguintes cursos: educação profissional técnica de nível médio em tradução e interpretação em Libras; bacharelado em tradução e interpretação em Libras ou Letras/Libras; ou, cursos de extensão, formação continuada ou de especialização, tendo uma carga horária mínima de 360 horas, desde que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa. (BRASIL, 2023)

Além dos requisitos para ser tradutor e intérprete, o dispositivo legal acima citado, apresenta as suas atribuições no Artigo 6º, que em suma o tradutor e intérprete tem por finalidade intermediar a comunicação dos surdos e ouvintes; dos surdos com outros surdos que usam outra língua de sinais; e traduzir textos escritos, orais ou sinalizados da Língua Portuguesa para a Libras e outras línguas de sinais e vice-versa. (BRASIL, 2023)

## **METODOLOGIA, CONTEXTO DA PESQUISA E A ANÁLISE DOS DADOS**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo-analítico. Utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista. Ela foi organizada em duas partes: 1ª. Conhecer o perfil dos participantes; 2ª. Conhecer a base de conhecimentos do profissional que atua como tradutor e intérprete de Libras no ES.

Para a realização da pesquisa de campo, contamos com a participação de quatro intérpretes que atuam em universidades particulares; a escolha dos entrevistados se deu por proximidade dos pesquisadores com as intérpretes, levando em consideração que atuassem em faculdades privadas e em cursos diferentes. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. A seguir, apresentamos, de modo resumido, o perfil de cada participante, lembrando que para preservar o anonimato das entrevistadas, elas serão apresentadas pelo nome “Intérprete” de 1 até 4.

**Intérprete 1:** é do sexo feminino, tem 52 anos de idade. Formada em Gastronomia e concluindo Pós-graduação em Comunicação. Teve seu primeiro contato com a comunidade surda e com a Língua de Sinais por meio da sua atividade religiosa. Aprendeu a Libras com a comunidade surda, e

posteriormente, fez cursos especializados em gramática e teatro. Trabalha como intérprete profissionalmente há 26 anos, sendo 17 anos no Ensino Superior, tendo atuado em diversos cursos. Atualmente, tem seis horas de carga horária semanal, atendendo uma aluna no curso de gastronomia.

**Intérprete 2:** é do sexo feminino, tem 34 anos de idade. Tem graduação em Pedagogia. Seu primeiro contato com a Língua de Sinais no ambiente religioso que frequentava. Ao longo dos anos fez vários cursos pela Feneis, curso de extensão na PUC-SP e outros ofertados por surdos não credenciados pelo MEC. Atua como Intérprete há oito anos, sendo seis anos no Ensino Superior. Tem carga horária semanal de 20 horas e, atualmente, está afastada por conta de gestação, mas atendia um aluno no curso de pedagogia.

**Intérprete 3:** é do sexo feminino, tem 43 anos, possui graduação em Pedagogia e cursando Letras Libras e Pós-Graduação em Psicopedagogia. Seu primeiro contato com a Língua de Sinais foi por meio da prática religiosa. Fez curso de Extensão em Libras e há cinco anos trabalha profissionalmente como Intérprete no Ensino Superior. Nestes cinco anos trabalhou no Curso de Tecnologia da Informação e, atualmente, atua no Curso de Pedagogia, com carga horária semanal de 20 horas, acompanhando uma aluna. Não possui outra atividade profissional.

**Intérprete 4:** é do sexo feminino, tem 45 anos de idade. Não possui formação no Ensino Superior, teve contato com a Língua de Sinais na comunidade religiosa que frequenta. Sua formação em Libras se deu em cursos de extensão. Atuou no Ensino Superior por quatro anos, numa carga horária de 20 horas semanal e atendeu um aluno do curso de Educação Física; conciliou este trabalho com outra atividade profissional.

Após a leitura recorrente das respostas dadas, organizamos as categorias considerando os objetivos do presente estudo. São elas: - Profissionalidade do tradutor e intérprete: aprendizagens e conhecimentos para a atuação; - Tradutor e intérprete no Ensino Superior: obstáculos e desafios enfrentados no contexto institucional.

## **PROFISSIONALIDADE DO TRADUTOR E INTÉRPRETE: APRENDIZAGENS E CONHECIMENTOS PARA ATUAÇÃO**

Com a intenção de conhecermos como a profissionalidade do tradutor e intérprete é constituída, partirmos de três questões que abordaram as seguintes temáticas: aprendizagem da profissão, o que é necessário para ser um bom profissional e as estratégias utilizadas na prática.

Com relação à primeira temática – aprendizagem da profissão –, três dos entrevistados apontaram que a fonte principal de aprendizagem tem sido a experiência prática dialógica no contato com o estudante surdo. Para ilustrar essa afirmação, destacamos algumas respostas dadas:

minha referência são os surdos. Quando eu tenho alguma dúvida, por exemplo, - agora estão falando muito sobre aquela questão das novas tecnologias, e não tinha sinal, né? E aí eu corri para os surdos para eles estarem me ajudando. E aí se não tem sinal, eles mesmos acabam criando ali no grupo deles e passando para gente (INTÉRPRETE 1).

Muito real para ter essa troca com a gente e quando eu me deparo dentro de sala de aula ou convivendo com alguns surdos, eu percebo e eu falo, eu não sei nada, não desvalorizando o meu saber, mas dentro do que realmente eles são, da capacidade que eles têm (INTÉRPRETE 2).

Todo dia! Todo dia! Porque assim, cada matéria, cada disciplina, cada aula é diferente da outra (INTÉRPRETE 3).

Eu acredito que eu aprendi tanto na Igreja como com a comunicação mesmo com os surdos. A gente precisa do contato para poder se atualizar, porque como é uma língua que está sempre em mudança, então precisa muito ter o contato com os surdos. E aprendizado a gente aprende a cada dia algo novo, sinal que tenha mudado, então é dessa forma que funciona (INTÉRPRETE 4).

Ao analisar as falas anteriores, podemos fazer relações com uma visão muito recorrente na área da formação docente em que é praticando que ampliamos o conhecimento prático. Na perspectiva apontada pelos intérpretes, o desenvolvimento profissional depende da prática pedagógica, ou seja, é praticando que o intérprete qualifica o seu trabalho. É uma visão de aprendizagem que não pressupõe uma reflexão coletiva das experiências práticas. Além disso, na visão do intérprete para que o aprendizado aconteça se faz necessário construir uma relação próxima com o estudante surdo.

Segundo Santiago e Lacerda (2016) o processo de tradução e interpretação, sobretudo no contexto educacional, demanda uma dinâmica de interação. É na dinâmica interacional que a construção do conhecimento ocorre. O contato com a cultura surda facilita o processo tradutório, de modo, que a comunicação estabelecida entre o tradutor e intérprete e o aluno surdo possa resultar em construção de significados.

Na sequência, com a intenção de ampliar a discussão, também perguntamos que conhecimento seria necessário para ser um bom profissional. Eles responderam:

O intérprete de libras ele precisa ter muito conhecimento, não é só ir lá, aprender LIBRAS. Eu acho que o mais importante de tudo é ter consciência do que eu estou fazendo, e isso está sempre em constante formação. E ter contato com surdo, porque não adianta eu estudar, eu me especializar nisso, naquilo, naquilo outro. Se eu não tiver contato com a comunidade surda, não adianta (INTÉRPRETE 1).

Contato com o surdo. Você pode ter boas formações, você pode ter formações incríveis, mas se você não tiver o contato com o surdo de fato, porque a teoria ela é necessária, nós precisamos entender, a gente precisa entender isso, mas não existe um sem o outro. E eu costumo dizer que se você puder depois procurar a prática de um contato com a comunidade surda é muito válido, mas o contrário disso, você procurar somente a prática para ter contato com eles, é inviável, porque a língua de sinais ela é realmente prática, ela é realmente o contato com o surdo. É ouvir o surdo, esse realmente é a forma, não há outra forma. Eu desconheço, ou pelo menos comigo não funciona de forma diferente (INTÉRPRETE 2).

Nossa! Eu acredito que por eu ter feito o curso também de pedagogia, e estar agora traduzindo, para mim está mais fácil. Sabe, então, a gente tem que trabalhar junto com o professor. Os professores, como já sabem, eu peço sempre, me põe no grupo (INTÉRPRETE 3).

Eu acredito que seja mais a força de vontade, se eu tenho vontade e eu quero aprender, eu tenho alguém que eu conheço, mesmo que eu não tenha, mas eu tenho aquela curiosidade, eu vou buscar, seja na internet, hoje em dia tem muitos vídeos, tem muita coisa assim que a gente está vendo, sendo apresentado, até mesmo na televisão passa alguma coisa em Libras, também tem como ver em livros (INTÉRPRETE 4).

Dois entrevistados reforçaram que o conhecimento necessário para ser um bom tradutor e intérprete de Libras é o contato com a comunidade surda (competência linguística). É nesse contato que ele amplia o seu repertório comunicacional. Entretanto, apenas um participante apontou de maneira mais explícita a necessidade de se conhecer a área de atuação, ou seja, ser tradutor e intérprete de uma estudante surda na Pedagogia é diferente de uma estudante do curso de Engenharia. Sobre esta questão, da formação na área em que se vai traduzir/interpretar, Boeira (2022, p. 40) destaca que:

A ausência de uma base cultural mais ampla faz com que muitos intérpretes, sem formação específica, interpretem o conteúdo de forma reduzida, omitindo aspectos na tradução que prejudicam a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno surdo... O intérprete com uma formação qualificada, desenvolve o seu trabalho atendendo às expectativas, valorizando o potencial do aluno, amenizando as inquietações do estudante surdo e a ansiedade dos professores.

Acerca das competências o documento do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos do MEC, intitulado “O Tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa”, escrito por Ronice Müller de Quadros (2004), um bom tradutor e intérprete de Libras deve ter algumas competências, estas competências apresentadas no documento foram propostas pelo pesquisador Roberts (1992 apud QUADROS, 2004), a saber:

(1) competência linguística - habilidade em manipular com as línguas envolvidas no processo de interpretação (habilidades em entender o objetivo da linguagem usada em todas as suas nuances e habilidade em expressar corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo), os intérpretes precisam

ter um excelente conhecimento de ambas as línguas envolvidas na interpretação (ter habilidade para distinguir as ideias principais das ideias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso).

(2) competência para transferência - não é qualquer um que conhece duas línguas que tem capacidade para transferir a linguagem de uma língua para a outra; essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo (sem distorções, adições ou omissões), habilidade para transferir uma mensagem na língua fonte para língua alvo sem influência da língua fonte e habilidade para transferir da língua fonte para língua alvo de forma apropriada do ponto de vista do estilo.

(3) competência metodológica - habilidade em usar diferentes modos de interpretação (simultâneo, consecutivo, etc.), habilidade para escolher o modo apropriado diante das circunstâncias, habilidade para retransmitir a interpretação, quando necessário, habilidade para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso, habilidade para recordar itens lexicais e terminologias para uso no futuro.

(4) competência na área - conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.

(5) competência bicultural - profundo conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas no processo de interpretação (conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo e apreciação das diferenças entre a cultura da língua fonte e a cultura da língua alvo).

(6) competência técnica - habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar, habilidade para usar microfone e habilidade para interpretar usando fones, quando necessário.

Como apontado no documento, somente as competências linguística e metodológica foram lembradas nas respostas dadas pelos participantes. Diante do que foi observado, caberia uma reflexão sobre os cursos de extensão em Libras. Em que medida eles estão atentos às competências necessárias, apontadas pelo documento, para o exercício do tradutor e intérprete? Parece-nos que os cursos de Libras têm como foco as competências linguística e metodológica, não sendo suficiente para a complexidade da atuação do tradutor e intérprete.

Problematizando a questão dos cursos de Libras, a autora Boeira (2022, p. 40) diz

Nos cursos de formação, considera-se fundamental que se reflita sobre a língua, o sujeito surdo, a ética, a postura, as escolhas tradutórias, entre outros assuntos, cogitando as possibilidades e estratégias para uma melhor atuação na sala de aula... De fato, está envolvido em distintos contextos educacionais, atua em espaços com complexidades na organização curricular, seu trabalho envolve uma pluralidade de sujeitos. Por isso, é fundamental refletir sobre os fatores intervenientes entre a sua formação e a aprendizagem.

Por último, nesta categoria, também perguntamos quais as estratégias utilizadas pelos tradutores e intérpretes consideradas satisfatórias. Elas responderam:

Eu uso muito expressão facial, muita expressão corporal e eu uso muito classificadores. Se eu não sei o sinal, o surdo vai entender de uma outra forma. Eu não me preocupo muito com a questão do sinal em si, eu me preocupo mais com a questão da compreensão do surdo através da minha expressão facial, através da minha expressão corporal, através de um classificador que eu possa estar usando (INTÉRPRETE 1).

Uma boa troca com os professores, estar alinhado com os professores. Todos os professores os quais eu já trabalhei com a tradução, eu precisei manter o máximo de contato saudável com eles... Então a gente precisa se alinhar o tempo todo com o professor, não somente professor, com um palestrante ou que com qualquer pessoa que você vai traduzir, se for conteúdo que não é do seu dia a dia, você precisa estar alinhado com ele para você ser fiel aquele surdo, para você ser fiel aquele conteúdo. Então essas são as estratégias que eu sempre uso nas minhas traduções. Eu procuro saber o que é antes, eu procuro saber do que se trata, se vai ter algo novo, se vai ter uma atividade nova, se vai ter alguma troca nova ali entre todo mundo, como que vai ser esse alinhamento (INTÉRPRETE 2).

Olha, eu acredito que essa de anotar ainda, né? Só que agora que eu estou usando o celular, que é bem mais rápido. E, de repente, tem aquela pausa, sabe? O professor está ali e, de repente, está conversando com o aluno ali rapidinho, aí eu pego o celular, dou uma digitada. Às vezes, eu chamo quem tiver ali, contato com outros surdos e outros intérpretes fora também, que eles te ajudam. (minha pergunta): E essas estratégias são importantes? São muito importantes. Nossa, imagina a gente estar no meio da tradução, tem um tempinho, que ele tem alguém, sabe? Contatos sempre... (INTÉRPRETE 3).

Olha, o principal, a gente precisa passar o principal que está sendo falado, né? Porque é bem diferente a língua portuguesa, a gramática da língua portuguesa para a gramática de Libras. Em língua portuguesa a gente fala determinadas palavras que a gente na língua de sinais a gente não precisa, ela é cortada e a gente precisa passar exatamente ali o assunto, tema, passar com clareza, digitação, alguma coisa que facilite para o surdo aquilo que a gente queira passar para ele (INTÉRPRETE 4).

Observamos, com as respostas dadas, algumas diferenças. Vale destacar:

- A Intérprete 1 evidencia em sua resposta a aplicação de dois recursos importantes para o processo tradutório: expressão facial e classificadores. De acordo com Kojima e Segala (2020) a utilização das expressões faciais e corporais são importantes para que o aluno surdo entenda não só o sinal, mas o contexto em que está sendo utilizado. Importante notar que esta estratégia, a utilização dos classificadores, facilita a compreensão do aluno surdo, pois tem o poder de descrever características e dar movimento aos objetos ou pessoas, enriquece a comunicação, por sua natureza visual e descritiva;

- A Intérprete 2 destacou em sua resposta um elemento relevante para bom êxito do processo de tradução/interpretação: o conhecimento prévio do que será traduzido e interpretado;

- A Intérprete 3, na segunda parte da citação anterior, destaca a necessidade de se buscar com profissionais da área que está sendo traduzido e interpretado a resolução de dúvidas e questionamentos;

- A Intérprete 4, nos processos de tradução e interpretação, adota como uma de suas estratégias a ideia de simplificar a fala do professor, ou seja, o conteúdo ministrado. Vale ressaltar que, na tentativa de simplificar, a tradução e interpretação de conceitos mais complexos pode acontecer de maneira inadequada.

## **TRADUTOR E INTÉRPRETE NO ENSINO SUPERIOR: OBSTÁCULOS E DESAFIOS ENFRENTADOS NO CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Com a intenção de conhecer quais os obstáculos e desafios que o tradutor e intérprete enfrenta na sua prática profissional no Ensino Superior, solicitamos aos entrevistados que exemplificassem como isso vem ocorrendo. Elas afirmaram:

A maior dificuldade que eu encontro é a questão de os professores entenderem que tem uma aluna surda em sala de aula. Por exemplo, eles, às vezes, esquecem que tem uma aluna surda dentro de sala de aula. A minha maior dificuldade no momento é com questão à conscientização dos docentes, isso na esfera educacional (INTÉRPRETE 1).

Os desafios: a compreensão do todo, olhar para esse ser humano como capaz. A gente precisa, como intérprete, de uma certa forma, trazendo a atenção dessas pessoas que nós as chamamos de ouvintes para esse lugar. Essas pessoas existem, essas pessoas estão vivas, essas pessoas pensam. Você não precisa pensar por elas, porque infelizmente, nós intérpretes, percebemos isso que, quando há surdo em um ambiente com ouvintes, é como se o surdo não pensasse os ouvintes tivessem que pensar por eles (INTÉRPRETE 2).

Dificuldades tem os dois lados. Tem o lado do surdo, que às vezes ele acha que a gente é babá, que a gente tem que fazer as coisas deles e não é assim ... E o outro lado que a gente tem esse obstáculo é mesmo os professores porquê, que nem hoje, a professora simplesmente colocou áudio da síndrome de Gabriela, não tinha letra, não tinha legenda, só o áudio... (INTÉRPRETE 3).

As dificuldades e obstáculos que eu encontrei, na verdade foi assim, a gente está sozinho, entre aspas. Porque a gente não tem com quem contar. Então, por exemplo, o determinado o professor está lá dando a disciplina para os alunos, e eu estou simplesmente passando para eles. Então tem sempre algum sinalzinho que a gente não conhece, tem sempre alguma palavra que a gente não conhece o sinal. Então essa dificuldade de não ter a quem recorrer para poder passar isso com clareza para o aluno (INTÉRPRETE 4).

Analisando as falas dos intérpretes, constatamos que as dificuldades que enfrentam não têm relação com a sua prática, ou seja, são fatores externos que fazem com que a sua atuação seja prejudicada. Para eles, o professor regente, muitas vezes, esquece que tem um aluno surdo. Em outros momentos, são os estudantes da sala que ignoram a voz do surdo e, por último, é o próprio surdo que não assume as suas tarefas. Parece-nos que as dificuldades enfrentadas poderiam ser evitadas se

os tradutores e intérpretes coletivamente tivessem espaços para analisar como o seu desenvolvimento profissional vem ocorrendo. Espaços de reflexão e análise das práticas desenvolvidas em sala de aula entre o professor regente e o intérprete são fundamentais para o aprendizado do estudante surdo. E isso pressupõe que o tradutor e intérprete tenha consciência que ele também terá que buscar as articulações necessárias, no contexto do Ensino Superior, para que os espaços de formação ocorram. Com a intenção de ampliar a discussão sobre os obstáculos e desafios no contexto da sala de aula, perguntamos aos entrevistados como se dá a relação entre o estudante surdo, o tradutor e intérprete e o professor regente. Elas responderam:

A minha relação com a aluna surda ela é bastante satisfatória, a gente não, claro né, sempre tem uns, umas briguinhas assim, mas a gente se dá muito bem. Porque também se não fosse assim, não conseguiria desenvolver meu trabalho. Com relação ao intérprete, a aluna e o professor, ainda é muito complicado, porque, por exemplo, o professor, se ele quer perguntar alguma coisa para uma surda, ele sempre vai chegar para mim e falar: “pergunta para ela”, e aí, na hora, eu tenho que interromper: professor, você tem que perguntar para ela, eu sou só intérprete dela (INTÉRPRETE 1).

Desafiadora, essa é a palavra, desafiadora. Caminhamos muito? caminhamos, mas ainda há a barreira do: está aqui para tomar o meu lugar, ainda há isso. Está aqui para tomar o meu lugar e não é bem nesse lugar. É bem desafiador, é por isso que eu te falo, porque é de experiência própria, já passei por esse lugar de ser muito desafiador, do professor regente achar que é uma competição quando na verdade não era nada daquilo. E por mais que você se disponha, por mais que você diz não, não é nada disso, mas ainda há esse desafio aí entre essas três pessoas, né? Por exemplo, é a dúvida também de quando o aluno surdo vai questionar, aí volta com o questionamento para gente: ué, mas você não está passando direito? o surdo não tem direito de ter dúvida? então a gente entra bastante nesse embate também. É como se ele não tivesse direito à dúvida. E então essa é a minha resposta: é desafiador (INTÉRPRETE 2).

Vamos lá. São três pessoas totalmente diferentes. E eu sou como um cabo da energia que liga os dois. É que não tem jeito, se o professor tiver uma empatia grande, ele ajuda mais a mim e ela também, a surda no caso, né? Agora, se ele não tiver empatia, eu tenho que me virar. E dependendo do que o professor estiver falando, o surdo simplesmente não liga para o professor, não olha para o rosto dele ... quando a pessoa adota o professor, adota intérprete... Então tem que ter essa ligação, tipo, é um triângulo, é o surdo lá em cima, eu em contato com ele aqui e também com o professor (INTÉRPRETE 3).

Para ser sincera, depende muito, porque têm professores que a gente pode estar correndo atrás e pedindo uma ajuda. Porque, assim, toda aula a gente precisa saber o que vai ser falado, para que a gente possa se preparar, buscar um sinalzinho que a gente não sabe de determinada palavra. E para isso a gente precisa realmente recorrer a esse professor, no caso. E a gente precisa pedir retorno das aulas, o que vai ser dado hoje na disciplina, o que vai ser falado. E isso ele consegue antecipar para mim. E isso depende muito. Essa pergunta é muito boa porque essa relação depende muito do professor... Ele está preocupado com que ele vai passar para os alunos, porém aquele aluno que é surdo ou dois, ou seja mais, ele não se preocupa em passar, não quero dizer no modo geral, mas ou outro ainda tem esse problema. Então, se for uma pessoa que tenha consciência, que seja uma pessoa que já tem uma certa

noção, ele vai corresponder comigo, ele vai passar matéria, vai ainda pedir qualquer coisa (INTÉRPRETE 4).

Analisando as respostas dadas pelos entrevistados, o que perpassa as quatro intérpretes é que não há um padrão de comportamento entre os professores em relação à interação com os alunos surdos e os intérpretes. Há professores que cooperam e outros que manifestam, segundo os entrevistados, total apatia.

Dentre as respostas, uma chama a atenção: da Intérprete 2. Ela relata que ainda há alguns professores que se sentem intimidados com a presença do tradutor e intérprete em sala de aula. A autora Boeira (2022) destaca que a relação entre professor regente e tradutor e intérprete ainda tem suas fragilidades, e em alguns casos, podem gerar conflitos. Boeira (2022) destaca três possíveis causas deste impasse: a barreira linguística, sua autoridade confrontada e a sensação de estar sendo supervisionado.

Sobre a barreira linguística a autora (BOEIRA, 2022) diz que o professor tem a sensação que por desconhecer a Libras isso o deixa distante do seu aluno e incapaz de estabelecer conexão, ao passo que observa o vínculo que o tradutor e intérprete tem com o aluno surdo, contudo o professor não pode se eximir da sua responsabilidade como professor regente no processo de aprendizagem do aluno surdo e compreender a função do tradutor e intérprete como mediador comunicacional.

No que diz respeito a autoridade confrontada, Boeira (2022, p. 42) baseada na pesquisa de Dayse Garcia Miranda faz a seguinte consideração:

Miranda (2010) traz relatos de outro impasse na relação que pode prejudicar o aprendizado do aluno surdo. Registra que alguns professores ficavam incomodados com a presença dos TILS na sala, pois sentiam perder autoridade frente aos alunos. Além disso, o aluno surdo não dirigia o olhar para ele: olhava apenas para o intérprete. A autora explica que esse desconforto que o professor sente em relação ao TILS acontece porque falta estabelecer um diálogo entre eles, e essa falta de interação também resulta no afastamento entre o professor e o aluno surdo.

A terceira causa de impasse, segundo Boeira (2022), é a sensação de que o intérprete está em sala de aula para o supervisionar. Essa fonte de desconfiança se dá, pois em alguns casos o tradutor e intérprete tem formação na área que está sendo lecionada, o que por sua vez, deixa o professor desconfortável.

Esta realidade, acima mencionada, também foi constatada pelas pesquisadoras Caetano, Lacerda e Santos (2021, p. 195), e elas dizem que:

O professor se sente como único responsável por seus alunos; dividir essa responsabilidade com outro profissional, normalmente, não é uma tarefa fácil e, muitas

vezes, o professor acredita estar sendo avaliado por este outro. Quando refletimos sobre a presença do ILS em sala de aula, devemos nos lembrar de que esse profissional possibilitará o acesso às informações e conteúdos ministrados pelo professor ao aluno surdo, traduzindo e interpretando da língua de sinais para a língua portuguesa e vice-versa, ou seja, sua atuação depende diretamente da parceria estabelecida com o professor. Nesse caso, faz-se necessário uma mudança de postura por parte do professor, que também tem o dever, como educador, de auxiliar o ILS em suas práticas.

A Intérprete 3 no seu relato sobre a relação entre o professor e o aluno surdo destaca que no processo de aprendizagem dos alunos surdos que ela atendeu um fator relevante é a empatia, sendo que ela descreve que se o aluno surdo percebe apatia por parte dos professores, eles retribuem com a apatia e desinteresse pelo professor e pelo conteúdo por ele ministrado.

O relato da Intérprete 1 vai ao encontro do que foi dito sobre a empatia, o fato do professor não compreender que a dúvida sendo do aluno surdo, ele deveria olhar para aluno e a ele responder, manifesta que o professor não criou uma relação empática, mesmo que a intenção de responder a dúvida mostre sua preocupação, ele precisa entender que o tradutor e intérprete em sala de aula é o “profissional ouvinte que atua na mediação linguística do processo educacional de alunos surdos” (FERNANDES, 2012, p. 105), e a dúvida não é dele, pertence ao aluno surdo e ao aluno surdo deve ser respondida. No documento expedido pelo MEC e elaborado por Quadros (2004, p. 63), faz a seguinte recomendação:

De modo geral, aos intérpretes de língua de sinais da área da educação é recomendado redirecionar os questionamentos dos alunos ao professor, pois desta forma o intérprete caracteriza o seu papel na intermediação, mesmo quando este papel é alargado. Nesse sentido, o professor também precisa passar pelo processo de aprendizagem de ter no grupo um contexto diferenciado com a presença de alunos surdos e de intérpretes de língua de sinais.

Ao falar sobre a necessidade de aprendizagem dos professores para receberem alunos surdos e tradutor e intérprete, Quadros (2004) lança luzes sobre uma fala da Intérprete 2, quando ela diz que encontra dificuldade de diálogo com os professores que atuam há mais tempo na instituição. Nisso, deduzimos que os professores que não foram contemplados em sua formação na graduação com a disciplina de Libras, como exigido pela Lei nº 10.436/02 e regulamentado pelo Decreto nº 5.626/05, podem ter maior dificuldade para adaptar a sua prática docente considerando o aluno surdo e cooperar com a atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais. No que diz respeito a parceria que deveria ocorrer entre professor regente e tradutor e intérprete de língua de sinais, as pesquisadoras Caetano, Lacerda e Santos (2021, p. 196) afirmam que:

Se o professor não assumir práticas que favoreçam a atuação do ILS, consequentemente a compreensão do aluno surdo ficará comprometida. Para desenvolver prática acadêmicas acessíveis, é necessário antes de qualquer adaptação curricular, que

haja parceria entre o professor e ILS ... Uma das formas de promover a parceria entre profissionais, e desenvolver práticas que beneficiem o aprendizado do aluno surdo, é envolver o ILS no planejamento das atividades. O ILS precisa ter acesso aos conteúdos que serão ministrados para se preparar com antecedência e, assim, oferecer uma boa interpretação.

Para expandir a discussão, perguntamos as entrevistadas se elas poderiam falar sobre a sua função no contexto universitário. Elas responderam:

Olha, eu considero de suma importância, porque um surdo sozinho no ambiente educacional é muito complicado ... e eu acho que é muito importante a função do intérprete. Eu só acho que ainda as instituições não têm essa consciência da importância do intérprete (INTÉRPRETE 1).

Eu descrevo uma função necessária, necessária, uma função de muita importância, hoje, não vejo mais nenhum ambiente acadêmico, sobretudo, sem intérprete, sem a função de um intérprete ali (INTÉRPRETE 2).

Eu acho que dentro de uma faculdade o vínculo, a harmonia é muito pouca, até porque os professores não param, né? Em seis meses saem um tanto, entram um tanto, então às vezes nem sabem quem eu sou. Aí eu chego e me apresento (INTÉRPRETE 3).

Eu acredito que algumas vezes não seja muito bom. Para muitos alunos, eu acredito, que seja até bem visto, muitos alunos ainda correspondem, ainda ajudam, ainda pedem o meu contato para passar determinada matéria. Já outros olhavam com a cara torta, porque você está lá na frente. Na verdade, a gente se senta em frente ao aluno, o que acaba não atrapalhando nem os demais alunos (INTÉRPRETE 4).

Ficou evidente, nas respostas dadas pelas entrevistadas, que elas têm consciência da importância da sua atuação como um instrumento essencial de acessibilidade para favorecer a permanência dos alunos surdos no Ensino Superior. Contudo, com exceção da Intérprete 4 que apontou o sentimento de ser mal interpretada pelos discentes, as demais intérpretes disseram que há um distanciamento entre a sua atuação e os membros da gestão das instituições em que atuam. Esse distanciamento entre o tradutor e intérprete e as várias instâncias da instituição em que ele atua, afeta sua prática. De acordo com Santos (2020, p. 97):

Acreditamos que a atuação e o bom desempenho do intérprete estão atrelados a uma série de fatores, como uma formação específica, escola ou programa que acolha esse profissional, a presença de uma equipe escolar que favoreça momentos de formação continuada (ou “em serviço”), aulas com metodologias de ensino diferenciada, professores dispostos a fazer parcerias com IE, dentre outros fatores.

A inclusão do aluno surdo no ensino superior não poderia ser reduzida a presença de um tradutor e intérprete em sala de aula. Ela pressupõe uma ação coletiva de todos os envolvidos no processo educacional. Lembrando que a socialização do conhecimento que ele possui acerca da

comunidade surda e da língua de sinais poderia contribuir para uma educação mais inclusiva e comprometida com a aprendizagem dos estudantes surdos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender o objetivo proposto, neste estudo, entrevistamos quatro tradutoras e intérpretes que atuam no Ensino Superior. A análise das entrevistas apontou que a principal fonte de aprendizagem das tradutoras e intérpretes tem sido a experiência prática dialógica no contato com o estudante surdo. Além disso, o desenvolvimento profissional do tradutor e intérprete depende da prática, pois é praticando que se aperfeiçoa o trabalho, contudo, essa visão de aprendizagem não pressupõe uma reflexão coletiva das experiências praticadas. As participantes apontaram que o contato com a comunidade surda tem sido um fator essencial para a aprendizagem da Libras, pois no contato com a cultura surda se amplia o repertório comunicacional.

No que diz respeito às estratégias, não houve um consenso, pois há quem se vale das expressões faciais/corporais e classificadores, outra busca o conhecimento prévio do que será dado em sala de aula, outra recorre a tecnologia e amigos intérpretes para a resolução de dúvidas sobre sinais, e a última entrevistada usa o modelo interpretativo de tradução e interpretação, simplificando o que foi dito pelo professor, e transmitindo o sentido do que foi dito. Sobre esta última estratégia, destacamos que numa tentativa de simplificar a tradução e interpretação os conceitos complexos fiquem esvaziados em seus sentidos.

Sobre as dificuldades e obstáculos, identificamos que estes não estão relacionados a sua prática de tradutor e intérprete, e sim a fatores externos. Como relatado nas entrevistas, a sua ação é prejudicada pelo professor regente, que em alguns casos esquece que em sala de aula há aluno(s) surdo(s), ou mesmo pelos próprios colegas de sala que ignoram a voz do surdo, e por último pelo próprio aluno surdo, que não assume a autonomia sobre suas tarefas. Já com relação aos desafios e obstáculos, segundo as participantes, poderiam ser evitados ou superados se elas tivessem espaços para analisar coletivamente o seu desenvolvimento profissional. Estes espaços de reflexão e análise das práticas desenvolvidas em sala de aula entre o professor regente e o tradutor e intérprete são fundamentais para o aprendizado do aluno surdo. Para tanto, os tradutores e intérpretes precisariam desenvolver a consciência de que ele deverá buscar as articulações necessárias, dentro do ambiente universitário, para que estes espaços de formação aconteçam.

Além de apontarem que não há um padrão de comportamento dos professores acerca da sua interação com o aluno surdo e tradutor e intérprete, as entrevistadas afirmaram que ainda há professores que se sentem desconfortáveis com a presença do tradutor e intérprete em sala de aula e dificultam a sua atuação. Constatamos com isso, que há a dificuldade de compreensão dos papéis a

serem desenvolvidos na tríade: professor regente, tradutor e intérprete e aluno surdo. Por vezes, o professor regente se relaciona com tradutor e intérprete como se este fosse o aluno.

Também constatamos que as entrevistadas têm consciência da importância da sua atuação como um instrumento essencial de acessibilidade para favorecer a permanência dos alunos surdos no Ensino Superior, entretanto disseram que há um distanciamento entre a sua atuação e os membros da gestão das instituições em que atuam;

É sabido que pela legislação vigente, o acesso do aluno surdo no ensino superior é garantido e, por força de lei, a presença do tradutor e intérprete de Libras como instrumento de acessibilidade é exigido. Entretanto, a inserção do tradutor e intérprete de Libras não é suficiente para que haja a verdadeira inclusão do aluno surdo na graduação. A inclusão educacional extrapola a superação do limite comunicacional. Deveria ser uma iniciativa de toda instituição de ensino, com a participação de todos os envolvidos na vida universitária: alunos, tradutores e intérpretes de Libras, professores, gestão e funcionários.

A inclusão exige esforço em conjunto, visando o acolhimento do aluno surdo no Ensino Superior com estratégias de ensino que favoreçam a sua aprendizagem. O tradutor e intérprete, pelo seu conhecimento da língua de sinais e da comunidade surda, poderia enriquecer a instituição de ensino em que atua se houvesse ambiente de socialização do conhecimento que possui.

## REFERÊNCIAS

ALVES, C. J. L.; ARAÚJO, T. N. **Entrevista com Maria Teresa Eglér Mantoan: Educação Especial e Inclusão Escolar.** 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/9910>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.319/10, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras). In: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm). Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 6 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. In: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm). Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.704**, de 25 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). In: Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm). Acesso em: 28 jun. 2024.

BOEIRA, E. R. **O surdo e o intérprete**: histórias e vivências que se entrelaçam. Curitiba: Appris, 2022.

CAETANO, J. F.; LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

DINIZ, S. L. L. M.; LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Práticas de interpretação no espaço educacional: para além dos limites da sala de aula. In: LACERDA, C. B. F. de; MARTINS, V. R. de O.; SANTOS, L. F. dos. **Escola e Diferença**: caminhos para educação bilíngue de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

ESTEBAN, M. T.; SAMPAIO, C. S. Conversa com CARLOS SKLIAR. provocações para pensar em uma educação outra. **Revista Teias**, 13 (30), 2012, 15 p. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24287>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FERNANDES, S. **Educação de Surdos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

FERNANDES, J. M.; FREITAS-REIS, I. A história da educação de surdos: uma relação com os aspectos da semiótica de Peirce. **Revista Educação Especial em Debate**, 5(9), 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/31594>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FREITAS, M. C. de. Educação Inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cad. Pesquisa.**, São Paulo, v.53, e10084, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/VqdK7vhZtZMDtp6j5gLbfwv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun.2023.

GIROTO, C. R. M.; CICILINO, J. E. M.; POKER, R. B. Pedagogia bilíngue: dilemas e desafios na formação de professores. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 778-793, 2018. DOI: 10.22633/rpge.unesp.v22.nesp2.dez.2018.11912. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11912>. Acesso em: 27 jun. 2023.

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. **A imagem do pensamento**: Libras – Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Lafonte, 2020.

KOTAKI, C. S.; LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de Libras no contexto educacional. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MORAIS, M. P.; MARTINS, V. R. O. Educação bilíngue inclusiva para surdos como espaço de resistência. **Pro-Posições**, Campinas, SP, V. 31, e20180089, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/7wZPwHzwnLHzrf9jmFQtQGP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

POKER, R. B. **Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez**. S/d. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec\\_texto2.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf). Acesso em: 21 jun.2023.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC, 2004.

SANTIAGO, V. de A. A.; LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de libras educacional: o processo dialógico e as estratégias de mediação no contexto da pós-graduação. **Belas Infiéis**, Brasília, Brasil, v. 5, n. 1, p. 165-182, 2016. DOI: 10.26512/belasinfiéis. v5. n1. 2016. 11375. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/11375>. Acesso em: 8 nov. 2022.

SANTOS, L. F. dos. **Práticas do intérprete de libras no espaço educacional**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2020.